

Sumário

Apresentação, xiii

Uma palavra inicial, xv

1 Princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1

Introdução, 1

1.1 Origens históricas da proteção a crianças e adolescentes, 2

1.2 Disposições preliminares, 5

1.3 Do “direito do menor” ao “direito da criança e do adolescente”, 7

1.4 Princípio do superior interesse ou do melhor interesse de crianças e adolescentes
(*the best interest*), 11

1.5 Princípio (doutrina) da proteção integral e da prevalência da família, 14

1.6 Princípio da prioridade absoluta, 17

1.7 Competência e interpretação da norma estatutária, 26

1.8 Crianças e adolescentes, 33

2 Os Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes, 38

Introdução, 38

2.1 Direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Origem, 39

2.2 Dos direitos à vida e à saúde, 43

2.3 Os direitos da maternidade, 45

2.4 Do direito à liberdade, 52

2.5 Do direito ao respeito, 60

2.6 A dignidade de crianças e adolescentes, 62

- 2.7 O direito à convivência familiar e comunitária, 64
 - Introdução, 64
 - 2.7.1 A convivência familiar e comunitária, 65
- 2.8 A igualdade dos filhos, 70
- 2.9 O poder familiar, 72
- 2.10 Dever de sustento, 74
- 2.11 Pobreza e poder familiar, 75
- 2.12 Perda e suspensão do poder familiar, 78
- 2.13 Da família natural, extensa ou ampliada, 80
- 2.14 Reconhecimento de filhos, 84
- 2.15 Caracteres do reconhecimento do estado de filiação, 93
- 2.16 Família substituta e acolhimentos, 98
- 2.17 Formas de colocação em família substituta, 99
- 2.18 A ouvida da criança ou do adolescente, 105
- 2.19 Família substituta e incompatibilidade, 107
- 2.20 Família substituta e transferência da criança ou adolescente, 109
- 2.21 Família substituta estrangeira. Excepcionalidade, 110
- 2.22 Da guarda, 112
- 2.23 Espécies de guarda, 113
- 2.24 A guarda estatutária, 115
- 2.25 A situação peculiar, 120
- 2.26 Guarda e acolhimento institucional e familiar, 121
- 2.27 Guarda previdenciária, 123
- 2.28 Intervenção do Poder Público, 125
- 2.29 Revogação e perda da guarda, 126
- 2.30 Da tutela, 127
- 2.31 Da tutela estatutária, 128
- 2.32 Tutor, protutor, pupilo ou tutelado, 130
- 2.33 Nomeação e destituição do tutor, 131
- 2.34 Exigências ao tutor, 134
- 2.35 Da adoção, 136
 - Introdução, 136
 - 2.35.1 Do surgimento da adoção ao regime legal atual, 137
 - 2.35.2 Conceito e natureza jurídica, 140
 - 2.35.3 A adoção estatutária e a codificada, 143
 - 2.35.4 Adoção por homossexuais, 144
 - 2.35.5 Adoção “à brasileira” e “intuitu personae”, 145
 - 2.35.6 A disciplina da adoção, 146
 - 2.35.7 O consentimento, 163

- 2.35.8 O estágio de convivência, 167
- 2.35.9 Cadastro de adoção, 172
- 2.35.10 O procedimento da adoção, 178
- 2.35.11 A sentença, 179
- 2.35.12 Adoção internacional, 183

3 Da Prevenção, 195

Introdução, 195

- 3.1 Da prevenção geral, 196
- 3.2 Da prevenção especial, 198
- 3.3 Diversões e espetáculos públicos, 198
- 3.4 Emissoras de rádio e televisão, 201
- 3.5 Comércio de fitas de vídeo, revistas e outras publicações, 202
- 3.6 Jogos e diversões, 204

4 Do Conselho Tutelar, 206

Introdução, 206

- 4.1 O que é Conselho Tutelar?, 207
- 4.2 Criação do Conselho Tutelar 210
- 4.3 O Conselho Municipal e a escolha do Conselheiro Tutelar, 212
- 4.4 Os impedimentos, 217
- 4.5 Atribuições e competência, 218

5 Do Ministério Público, 228

Introdução, 228

- 5.1 A intervenção ministerial no ECA, 230
- 5.2 A remissão, 233
- 5.3 Ações de intervenção obrigatória, 236
 - 5.3.1 Ações de alimentos, 237
 - 5.3.2 Suspensão e destituição do poder familiar, 238
 - 5.3.3 Outros procedimentos da infância e juventude, 240
- 5.4 O inquérito civil e a Ação Civil Pública, 246

6 Procedimento das Infrações Administrativas, 254

Introdução, 254

- 6.1 Infrações e procedimento, 255
- 6.2 A multa administrativa, 258
- 6.3 Representação ou auto de infração, 260
 - 6.3.1 O que é a representação?, 261
 - 6.3.2 Quem pode firmar a representação?, 262
- 6.4 A defesa, 264



6.5 Audiência, sentença e recursos, 267

7 Das Infrações Administrativas, 270

Introdução, 270

7.1 Infração e sanção administrativa, 271

7.2 Execução, reincidência e prescrição, 274

7.3 Infrações administrativas em espécie, 275

7.4 Alienação parental é crime ou infração administrativa?, 310

8 Do Ato Infracional, 312

Introdução, 312

8.1 Teoria do ato infracional, 314

8.2 A prescrição, 319

8.3 Princípio da insignificância ou de bagatela, 321

8.4 A apuração do ato, 323

8.5 Competência, 325

8.6 Apreensão em flagrante, 326

8.7 A representação, 329

8.8 A defesa, 330

8.9 A instrução, 331

8.10 Medidas socioeducativas, 332

8.10.1 Advertência, 336

8.10.2 Reparação do dano, 337

8.10.3 Prestação de serviços à comunidade, 339

8.10.4 Liberdade assistida, 341

8.10.5 Semiliberdade, 343

8.10.6 Internação, 344

9 Dos Recursos, 349

Introdução, 349

9.1 Noções de recurso, 350

9.2 Os recursos no ECA, 352

9.3 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito, 355

9.3.1 Cabimento, 356

9.3.2 Legitimação, 357

9.3.3 Interesse recursal, 358

9.3.4 Tempestividade, 358

9.3.5 Preparo, 359

9.3.6 Regularidade formal, 359

9.3.7 Inexistência de fato ou elemento prejudicial ao recurso, 359

9.4 Prazos dos recursos, 360

9.4.1 Contagem dos prazos, 361

9.5 Efeitos dos recursos no Estatuto, 363

9.6 Questões pontuais sobre os recursos do ECA, 369

Referências, 375